



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

*Acta da acta da segunda sessão ordinária de 2007
da Assembleia Municipal de Aljezur*

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

INÍCIO: 27 de Abril de 2007

INÍCIO: 20:35 horas

ENCERRAMENTO: 00:15 horas

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

José Carlos Pacheco da Silva

MEMBROS PRESENTES:

Henrique Manuel Ramos Henriques, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Johannes Alexander Schydlo, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, Manuel Alberto Santinho Cristo, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, José António Duarte, José Manuel dos Santos Marreiros, e Eliezer João Candeias

ENTROU NO DECORRER DA SESSÃO O SEGUINTE MEMBRO:

Dionísio Manuel Nifro da Silva

VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DOS SEGUINTE MEMBROS:

Manuel António Custódio Rosendo, António Manuel Guerreiro Lopes, Sérgio Manuel da Silva Santos, Fernando Manuel Costa Rosa

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 20.30 horas

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: – Foi presente a acta da sessão ordinária realizada no dia vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete.---
A Senhora Ana Santos referiu que a data constante na Declaração do membro Manuel António Custódio Rosendo, deveria ser corrigida uma vez que não estava correcta.-----

A Senhora Presidente da Assembleia disse que iria ser feita a correcção mencionada.-----

Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com as abstenções dos membros Licínia Rodrigues e José António Duarte, por não terem estado presentes na última sessão.-----

PONTO NÚMERO DOIS

LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:
– Foi lida a seguinte correspondência, a qual se encontra arquivada em pasta anexa:-----

– de Câmara Municipal de Sabugal, ofício número mil trezentos e setenta e nove, de vinte e um de Fevereiro de dois mil e sete, informando de deliberou, por unanimidade, subscrever a moção relativa à tomada de posição sobre a Portaria novecentos e quatro barra dois mil e seis que regula estabelecimento de zonas livres de transgénicos.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número quatro mil quinhentos e vinte e três, de vinte e três de Abril de dois mil e sete, enviando a acta da reunião da Junta Metropolitana, realizada no dia dois de Abril de dois mil e sete.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO: – A Senhora Rosa Cigarra informou que na Assembleia da AMAL, realizada no dia anterior, tinham sido apresentadas algumas Moções pelas várias bancadas, acerca da problemática dos transgénicos, tendo sido no final feito um apanhado de todas a pedir a revogação da Portaria, uma vez que legalmente é impossível que ela seja aplicada. Disse ainda que, os únicos Municípios algarvios que até agora se tinham manifestado, foram Aljezur, Vila do Bispo e Lagos.-----

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que a Moção aprovada nesta Assembleia Municipal, tinha sido enviada para todos os Municípios.-----

A Senhora Rosa Cigarra referiu-se ainda a uma obra que está a decorrer em Pêro Vicente, junto à Praia do Vale dos Homens e, perguntou qual a razão da sua existência e qual a sua finalidade.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou tratar-se de um projecto ambiental, que não foi licenciado pela Câmara Municipal, mas sim pelo PNSACV há cerca de dois anos, que prevê a colocação de um retiro e de onde partirão caminheiros para um circuito interpretativo. Disse já ter ido ao local e sinalizado a situação junto do PNSACV. Referiu ainda que, uma vez que o prazo para execução do projecto já expirou e que o Parque Natural não levantou nenhum auto, vai ser a Câmara a fazê-lo. Disse ainda que o Parque sugeriu que o assunto fosse de novo submetido à apreciação da Comissão Directiva do PNSACV. Esclareceu também que a construção em madeira existente no local vai servir de ponto de partida e ponto de chegada deste projecto ambiental, que prevê a limpeza de matas e caminhos existentes na propriedade.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que de facto o que mais a chocou foi a

localização, dado que a construção está em cima da arriba, nas dunas e como é lógico tiveram que mexer no solo.-----

O Senhor Johannes Schydlo disse querer elogiar o esforço da Senhora Presidente da Assembleia relativamente à constituição da comissão consultiva das Terras do Infante. Disse ainda ter conhecimento que, a iluminação pública do Bairro CAR estava acesa durante o dia, pelo que chamou a atenção para essa situação. Perguntou ainda qual o ponto de situação do estudo sobre consumo de energia que estava a ser elaborado pela AREAL e, qual a situação da Estrada de Marmelete.-----

O SENHOR DIONÍSIO MANUEL NIFRO DA SILVA PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse desconhecer o facto da iluminação pública do Bairro CAR estar acesa durante o dia, e que esse facto iria ser comunicado à EDP. Em relação ao estudo da AREAL, informou que a AREAL já tinha feito um estudo acerca de diversos edifícios do Município e que, em reunião com o Senhor Vereador tinha-lhe sido transmitido que deverão ser feitos todos os trabalhos com vista à poupança de energia. Disse ainda que em reunião com o director da AREAL tinha ficado acordado que a Câmara Municipal iria fornecer alguns elementos sobre edifícios municipais, no sentido desta fazer um projecto de instalação de painéis solares para a produção de energia eléctrica, nomeadamente no Pavilhão Desportivo e nas Piscinas. Sendo que este é um projecto que pode levar alguns anos a ser concretizado, pois necessita do licenciamento da Direcção Geral de Energia.---

Relativamente à Estrada de Marmelete referiu que há duas semanas reuniu com o Director de Estradas de Faro e comunicou-lhe que há cerca de um ano que o projecto está naquele serviço à espera de parecer, tendo este informado que de facto o projecto estava em Évora à espera de parecer.-----

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que dada a actual sensibilidade às energias alternativas, pode ser que o processo não seja tão demorado como era antes.-----

A Senhora Rosa Cigarra perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se já tinha alguma resposta para a questão que foi colocada na sessão anterior, acerca da oficina no Rogil?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse ter falado com o dono da oficina e que ele tinha reconhecido que a situação não estava bem e que iria deixar de receber carros, que iria só terminar o arranjo de um tractor que tinha lá e que iria fechar a oficina. Entretanto disse que, passados vários dias, a situação se mantinha e que hoje tinha mandado os serviços de fiscalização ao local e que irá ser levantado um auto.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que não é sua intenção que o Senhor feche o negócio, apenas que esteja legalizado.-----

O Senhor Vítor Vicente referiu que não é novidade que os poderes e os *lobbies* do Algarve se esquecem da zona sudoeste e da Costa Vicentina, no entanto, recentemente surgiu a notícia num jornal de que o Plano de Turismo só vai chegar até Burgau, sendo que os concelhos de Aljezur e Vila do Bispo estão excluídos desse Plano. Perante esta notícia, perguntou qual o conhecimento que há sobre o assunto e qual o ponto da situação, uma vez que se o Plano de Turismo do Algarve não prevê nada para esta zona, que alternativas é que se encontram para que mais uma vez o Concelho de Aljezur não fique esquecido.-

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta notícia saiu no jornal, na sequência da abordagem que foi feita na Câmara sobre esse assunto, que assim que teve conhecimento do conteúdo do Plano, foi lê-lo e qual não foi a sua surpresa quando verificou que a Costa Vicentina era um produto de

referência do Alentejo, do ponto de vista geográfico. Logo quando falavam do Algarve nada era dito acerca da Costa Vicentina, de Aljezur ou Vila do Bispo.-- Informou ainda que, fez uma carta ao Senhor Secretário de Estado do Turismo e ao Senhor Ministro da Economia, acerca do assunto, entretanto, já recebeu uma comunicação do Presidente do Instituto do Turismo a agradecer a comunicação da Câmara Municipal e que iriam fazer as correcções necessárias ao documento. É inadmissível que alguém que elabora um documento do género, não conheça minimamente a geografia do País, mas para além disso não se conseguia perceber onde se enquadrava esta região do Algarve no Plano.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se o Senhor Presidente tinha mais alguma coisa a dizer acerca de duas coisas que foram enviadas na correspondência, uma delas em relação às infraestruturas de saneamento das águas residuais da Arrifana.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que na última reunião de Câmara foi deliberado solicitar à CCDR a decisão final sobre o assunto e a fundamentação de facto e de direito para a decisão de cortar parte da candidatura.-----

O Senhor Amílcar Duarte questionou ainda acerca da reconversão do Vale da Telha e se não valeria a pena a Assembleia Municipal tomar uma posição acerca do assunto?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que sim e informou que esse é um ofício tipo que faz para o Senhor Ministro do Ambiente, mais ou menos de dois em dois meses.-----

O Senhor Amílcar Duarte referiu que valeria a pena a Assembleia tomar uma posição conjuntamente com a Câmara, que provavelmente não servirá de nada, mas que será mais um elemento de pressão.-----

O Senhor José António Duarte perguntou qual o motivo para as esculturas que se encontram expostas em Aljezur e se estão noutros locais do Concelho.--

O Senhor Presidente da Câmara referiu que é uma exposição de obras de arte ao ar livre, que tem por tema "Arte Pública". É uma iniciativa da Câmara através do Espaço +, integrada numa dinamização de actividades culturais, que está patente em Aljezur encontrando-se basicamente na zona da Igreja Nova. Já está a ser programada uma outra exposição de escultura, em que os escultores irão trabalhar ao vivo.-----

O Senhor Johannes Schydlo disse que na zona da Estrada de Marmetele cortaram eucaliptos e deixaram manchas de óleo no chão, chamando a atenção para o perigo de contaminação das águas e perguntando de quem é a responsabilidade de fiscalizar estas situações.-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a fiscalização é da responsabilidade de várias autoridades. No entanto, é difícil penalizar a empresa, visto não ter sido um acto apanhado em flagrante. Disse que normalmente existe uma actuação muito pouco interessada por parte das entidades competentes, o que é inadmissível.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE APOIO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DE MUNÍCIPIES CARENCIADOS: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de treze de Março de dois mil e sete, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto referiu que esta alteração ao regulamento pretende, substancialmente, torná-lo mais abrangente e incluir os coproprietários, visto ser uma das situações mais regulares nos pedidos de apoio.-----

O Senhor Amílcar Duarte questionou acerca do artigo quinto, do número um, alínea g) e referiu que este artigo é demasiado restritivo.-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que é para prevenir o facto dos candidatos terem forma de financiar a conservação da sua casa.-----

Posto à votação, foi o presente assunto aprovado, por unanimidade.-----

INTERVALO: – Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto, e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: – Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

PONTO NÚMERO DOIS

APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL NO ÂMBITO DO PROTOCOLO ESTABELECIDO ENTRE O INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS E O MUNICÍPIO DE ALJEZUR: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e sete de Março de dois mil e sete, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou que supostamente não deveria haver nenhuma alteração ao quadro de pessoal, uma vez que, estão a ser reformuladas as carreiras da Administração Pública, todavia a Câmara viu-se na obrigatoriedade de proceder a esta alteração, no âmbito do protocolo estabelecido com o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, com vista à reconversão do edifício dos Paços do Concelho para Biblioteca Municipal.-----

Posto à votação, foi o presente assunto aprovado, por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

MOÇÃO – PESQUISA E EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO FRENTE À COSTA VICENTINA: – Pelo Partido Social-Democrata foi apresentada a seguinte Moção:-----

“PESQUISA E EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO FRENTE À COSTA VICENTINA-----

UM – Considerando que, à revelia de todos os responsáveis políticos e representantes das forças vivas do Algarve, no secretismo dos gabinetes, ignorando as denúncias e protestos, o Governo entregou por cinquenta e cinco anos a pesquisa e a exploração de petróleo e gás natural frente à Costa Vicentina, e prepara-se para fazer o mesmo relativamente à frente de mar da Ria Formosa, de Faro a Vila Real de Santo António, colocando assim toda a Região do Algarve em risco de desastre ambiental, e sem quaisquer benefício para os algarvios;-----

DOIS – Contrariando as políticas avançadas para a implementação de energias alternativas e renováveis;-----

TRÊS – É que, com esta decisão, o Governo faz aumentar o risco ambiental de todo o litoral da costa alentejana e algarvia, e dos ecossistemas existentes, todas as praias que são o principal activo da indústria turística actual e futura;-----

QUATRO – Que não houve o cuidado de, pelo menos, introduzir nos contratos de concessão, uma cláusula de flexibilidade, ou de salvaguarda, que permita o governo português, daqui a cinco ou dez anos, qualquer que seja o governo, impedir a passagem da fase de prospecção, para a fase de exploração, se as razões ambientais ou de política energética na altura desaconselharem a extracção de petróleo;-----

CINCO – Que, as contrapartidas económicas a receber pela extracção de petróleo, serão nenhuma para Aljezur;-----

SEIS. Realçando que, lamentavelmente, o governo não exigiu a realização de Estudos de Impacte Ambiental prévios;-----

SETE – Que as actividades são uma ameaça para o Turismo, a Pesca e o bem estar das populações locais;-----

OITO – Que a anunciada prospecção e exploração do petróleo ao largo do município de Aljezur, já é um facto consumado, com os contratos assinados com um consórcio de que faz parte a GALP, sem concurso público, sob a delegação de que o anterior concurso de dois mil e dois terá ficado deserto;----

NOVE – Sem que, em caso de catástrofe ambiental com impacto directo e substancial na economia da Região, não se saiba que assume as consequências, e quem paga os prejuízos;-----

DEZ – Não se garantiu que o Algarve esteja preparado para acudir a uma catástrofe destas, pois não dispõe sequer de um rebocador à altura de uma emergência desta dimensão;-----

ONZE – Não se informou se as plataformas de exploração, com as suas bocas de queima, têm ou não um impacto visual muito negativo a partir de terra.-----

DOZE – A Região só assume riscos e não ganha praticamente nada em termos de impostos (IRC), que vão directamente para os cofres do Estado em Lisboa, não gera emprego local nem recebe os lucros da actividade, que pertencem, naturalmente, às empresas exploradoras;-----

TREZE – Considerando, ainda que o sector turístico significa para a Região do Algarve sessenta por cento do emprego directo e conexo, sessenta e seis por cento do PIB regional, mais de quatro vírgula cinco milhões de turistas desembarcados anualmente no Aeroporto de Faro e mais de catorze milhões de dormidas (cerca de quarenta por cento do total de Portugal, cerca de cinco milhões de Euros de receitas anuais-----

CATORZE – Acusamos o Governo Português de, com esta iniciativa, estar a colocar em risco toda a actividade económica da Região, fortemente dependente do sector turístico, o qual assenta sobremaneira na qualidade das suas praias e das suas águas balneares, com uma forte componente ambiental, sem que sejam conhecidos quaisquer estudos de custos/benefícios que permitam concluir das vantagens económicas, financeiras e sociais para a Região do Algarve, e até para o País, da futura exploração de hidrocarbonetos, em substituição de uma indústria turística que entre eventualmente em colapso pelos danos de imagem e de inoperacionalidade que poderão advir dos impactos negativos ambientais da exploração ou de ocorrências acidentais.-----

Pelo exposto, o Grupo do PSD nesta Assembleia Municipal, manifesta a sua preocupação e o seu protesto com a futura exploração de hidrocarbonetos no mar da Costa Vicentina, actividade que irá afectar o interesse económico do Município de Aljezur e os interesses legítimos dos munícipes.-----

Dê-se conhecimento desta Moção a Sua Excelência Senhor Presidente da República, Sua Excelência Senhor Presidente da Assembleia da República, Sua Excelência Senhor Primeiro Ministro, Sua Excelência Senhor Ministro da Economia, Sua Excelência Senhor Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Senhor Governador Civil do Distrito de Faro, Senhores Deputados Eleitos pelo Círculo do Algarve, Senhor Presidente da Assembleia Metropolitana do Algarve, Senhor Presidente da Junta Metropolitana do Algarve, e aos órgãos de Comunicação Social.-----

Aljezur, vinte e dois de Abril de dois mil e sete.-----

Os membros da bancada do PPD/PSD-----
Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos.”-----
O Senhor Vítor Vicente fez uma breve explanação acerca da Moção acima
transcrita.-----
A Senhora Rosa Cigarra referiu que o Senhor Deputado Mendes Bota quando
tentou travar esta situação, até serem prestados os devidos esclarecimentos,
foi informado de que os contratos de concessão já tinham sido assinados.
Disse ainda que deveria ser endereçado um pedido ao Governo, para que seja
fornecida uma cópia do contrato.-----
O Senhor Manuel Cristo disse acreditar que as pessoas que apresentaram a
Moção crêem naquilo que ali dizem, no entanto, ele tem uma posição
completamente oposta à da Moção.-----
Disse ainda que considera que a questão da energia é o problema mais grave
de todos e, na sua opinião, é um problema da Comunidade Europeia. Que é
por aí que se deve avançar.-----
A Senhora Rosa Cigarra referiu que tinha entendido que deviam lutar pelas
energias alternativas.-----
O Senhor Manuel Cristo disse que se tivermos energias alternativas não
iremos ter outras, mas temos que pensar em grande e pensar na Europa.-----
O Senhor Presidente da Câmara disse ignorar esta matéria e que, pelos vistos,
a única pessoa que ouviu falar sobre o assunto, foi o Senhor Deputado Mendes
Bota. Segundo aquilo que já ouviu, parece-lhe haver algum secretismo. Já há
longos anos que se ouve falar de prospecção de petróleo em Portugal, se
calhar e infelizmente não foi encontrado e temos que comprá-lo a vários
países. É algo que temos que aceitar, se de facto existe essa riqueza em
Portugal, ela tem que ser explorada e utilizada, ou então ficar como reserva.
Disse não fazer muito sentido o estado português ter interesses no petróleo e
rejeitar a sua exploração, por uma questão ambiental. Disse ainda não haver
país algum no mundo que se possa dar ao luxo de recusar a exploração de
petróleo, caso ele exista.-----
O Senhor Vítor Vicente disse estar a pensar que este tipo de problemas não
estava a despertar o interesse dos outros membros. Disse ainda que, a questão
que mais o incomoda é que tudo esteja a ser feito sem que haja um diálogo
aberto e franco com o poder local e, nomeadamente, no caso de ser uma
refinaria, saber que tipo de contrapartidas é que se poderá ter, de forma a
minimizar alguns riscos que de facto existem. É nesse sentido que a Moção foi
apresentada.-----
A Senhora Presidente da Assembleia perguntou se, não estando disponível
qualquer informação acerca do assunto, como é que na Moção é referido que
o Governo não exigiu a realização de quaisquer estudo de impacto ambiental
prévio, se é certo que nada foi feito por parte do Governo.-----
A Senhora Rosa Cigarra respondeu que há segurança que nada foi feito e daí
a grande preocupação da sua Bancada.-----
A Senhora Presidente da Assembleia disse que deveria ser disponibilizada
informação acerca deste assunto, para que possa ser tomada uma posição.----
O Senhor José Marreiros referiu que ficará muito contente caso este contrato
de concessão venha a revelar a existência de petróleo na nossa costa, no
entanto, teremos que ficar muito preocupados, no caso desta situação nos
trazer algum tipo de problema ambiental. Disse ainda que, tal como foi dito,
se de facto os membros desta Assembleia não se preocupassem com o assunto,
ou estivessem indiferentes ao mesmo, é o mesmo que fazer de nós, autarcas
sem um pinga de decência. Referiu não perceber porque razão é que foi dito
que a moção era da responsabilidade da bancada do PSD e porque razão é

mencionado o nome do Senhor Deputado Mendes Bota. Disse ainda que a bancada do PS já foi bastante criticada por, dizerem, ter informação privilegiada, logo pergunta, o que é que se pode dizer nesta situação, em que apenas um grupo restrito de pessoas tem conhecimento da assinatura dos contratos.-----

O Senhor Vítor Vicente disse ter alguma dificuldade em entender a intervenção do Senhor José Marreiros, nomeadamente, quando ele fala em informação privilegiada e tenta fazer uma ligação com esta informação que tiveram, com as acusações que a bancada do PSD fez e que as assume. Disse ainda que, uma coisa não tem nada a ver com a outra, e que, ficou mais preocupado do que quando aqui chegou, pois estava convencido que o Município tinha alguma informação acerca deste assunto. Isso só confirma o referido na Moção, o mesmo ter sido tratado com algum secretismo. Quanto ao facto da moção ser da responsabilidade da bancada do PSD e ter sido feita alusão ao Deputado Mendes Bota, só foi para dizer que a moção foi elaborada com base em informação recebida dele, ao longo dos últimos meses, e em intervenções públicas que ele fez sobre esta matéria.-----

O Senhor José Marreiros disse que não tinha pedido nenhuns esclarecimentos, simplesmente deu a sua opinião. Referiu que, mais grave do que o que foi dito é o facto da Bancada do PS ter sido acusada de ter informação privilegiada, pelo facto de ter apresentado uma Moção à hora, quando a Bancada do PSD, agora, apresenta uma Moção baseada em informação que foi transmitida atempadamente e que só as três pessoas da Bancada do PSD, até este momento, tinham conhecimento.-----

O Senhor Vítor Vicente disse tirar as conclusões que entende por bem tirar, naturalmente assumindo-as. O facto do Senhor José Marreiros não ter feito perguntas, não vai tirar o direito dele prestar os esclarecimentos que entender que deve dar. Disse ainda querer clarificar uma coisa, a Assembleia e o Município têm por obrigação prestar informação aos membros da Assembleia, em igualdade de circunstâncias. O Governo tem por obrigação prestar informações aos Municípios, agora não lhe parecer que tenha a obrigação e o dever de o fazer a qualquer deputado, sobre todas as suas atitudes. Não se deve fazer comparações com coisas que são de todo incomparáveis.-----

O Senhor José Marreiros disse não saber, juridicamente, o que dizer de uma pessoa que apresenta uma Moção, tendo conhecimento de todos os detalhes daquilo que está a apresentar e, não apresenta.-----

O Senhor Amílcar Duarte fez referência a alguns aspectos, nomeadamente, em relação à importância da energia. Disse que se houvesse petróleo melhor, embora isso não seja contraditório com o facto de ser a favor das energias alternativas, desde logo. Nem todas e nem a qualquer custo. Disse ainda que os aspectos ambientais da exploração de petróleo são importantes e, sobretudo é importante salvaguardar os interesses do país e das populações. Todos sabemos que o petróleo traz riqueza para o país e todos nós sabemos que muitos desses países vivem na miséria, pois o petróleo só serve para enriquecer uns poucos. Referiu ainda que este suposto contrato o deixa muito preocupado, sugerindo que a Senhora Presidente da Assembleia, ou a Câmara, solicitasse esclarecimentos acerca do assunto, até porque as questões do petróleo tem levado ao enriquecimento de muita gente, sobretudo, fruto da falta de transparência nos negócios.-----

O Senhor Vítor Vicente sugeriu que a Moção fosse apresentada pelos membros da Assembleia Municipal.-----

A Senhora Presidente da Assembleia informou ser sua intenção, durante a próxima semana e conjuntamente com a Câmara, pedir esclarecimentos e

informação detalhada sobre este assunto, dado que não existe informação disponível para que se possa analisar e discutir este assunto, com o rigor que é necessário.-----

O Senhor José Marreiros disse que o assunto é sério e que estão reunidas as condições necessárias para que a bancada do PSD retirasse a Moção, aguardando que sejam pedidos esclarecimentos acerca do assunto e sejam reunidas as condições para ser feita uma nova Moção, com a concordância de todas as bancadas.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que, sem prejuízo da disponibilidade da bancada do PSD para voltar a falar nesta matéria, mantém a Moção com a correcção atrás sugerida.-----

Posto à votação, foi obtida a seguinte votação, com os votos a favor dos membros Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos, votos contra dos membros José Carlos Silva, Manuel Cristo e Francisco Ferreira, abstiveram-se os membros Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, Henrique Henriques, Dionísio Silva, José Marreiros e Eliezer Candeias.-----

Tendo-se verificado empate na votação, a Senhora Presidente da Mesa, usou o voto de qualidade, tendo votado contra, ficando a moção rejeitada por maioria.-----

PONTO NÚMERO QUATRO

APRECIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE DOIS MIL E SEIS: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de dezanove de Abril de dois mil e sete, sobre o assunto em epígrafe, que acompanhava o respectivo documento, os quais ficam arquivados em pasta própria.-----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra, prestando alguns esclarecimentos acerca do presente assunto.-----

O Senhor Manuel Cristo perguntou se tinha ocorrido algum problema no envio do mail com este assunto, pois tinha recebido imensos.-----

A funcionária Lurdes Rosa esclareceu que se deveu a um problema informático.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse ser positivo trabalhar em formato digital, nomeadamente, quando se trata de documentos volumosos. No entanto, o ficheiro que recebeu não se encontra muito legível. Pediu ainda informação acerca de várias rubricas mencionadas no documento e sugeriu algumas correcções a nível de português.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu as questões colocadas, referindo ainda que muitas coisas que aparecem na relação de dívidas, têm a ver com a transição de ano, pois são aquisições feitas no final do ano e que não é possível liquidar em tempo, sendo que nesta altura já foram liquidadas.-----

O Senhor José Duarte disse desconhecer o POCAL e, por isso, ter alguma dificuldade em analisar o documento.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que, como este documento é essencialmente técnico, naturalmente que os números aqui constantes resultam das opções do plano e do plano de actividades e, isso é que o preocupa em particular.-----

PONTO NÚMERO CINCO

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: – A Senhora Presidente da Assembleia colocou uma questão relativamente ao Campo de Futebol de Aljezur.-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que foram solicitados alguns pedidos de esclarecimento, que já obtiveram resposta, informando que o processo já reúne as condições para ser submetido a apreciação.-----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou ainda o que é que está previsto relativamente ao Parque de Campismo do Vale da Telha.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que tem que ser elaborado um projecto. Disse ainda que, antes o Parque de Campismo funcionava com esgotos a serem despejados para a ribeira, mas nunca causou danos visto terem uns tanques com areia. A Câmara para pôr o Parque de Campismo a funcionar tem que arranjar outra solução, pois seria gravíssimo, logo o Parque tem que estar ligado a uma rede de tratamento de esgotos.-----

O Senhor Vítor Vicente perguntou se o Festival do Perceve foi adiado para outra data ou, se a Câmara desistiu de o realizar. Perguntou ainda qual o andamento da construção do Parque de Feiras.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Festival vai deixar de ter esse nome, vai passar a ser "Sabores do Mar", para não sobrecarregar muito a situação do perceve, pois o recurso está escasso. A data prevista será quinze, dezasseis e dezassete de Junho. Quanto às infraestruturas do Parque de Feiras, a Câmara ainda está a aguardar o visto do Tribunal de Contas, relativamente ao processo da empreitada, pois a candidatura ainda não estava homologada.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou a que se referia o acesso pedonal à Ribeira de Aljezur.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que se referia a uma escadaria a ser construída na Praia da Amoreira, a sul, na zona do Restaurante do Gabriel até ao rio.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou qual a situação da construção do Pontão no Porto das Carretas.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o processo já tinha sido remetido para a CCDR, que diz que para além do parecer da Reserva Ecológica, o processo tem que ter também o parecer da Comissão de Reserva Agrícola.-----

O Senhor Amílcar Duarte questionou quanto ao acordo estabelecido o Instituto de Reinserção Social, com vista ao desenvolvimento de trabalho de presos em favor da comunidade.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o acordo não se referia a presos, mas sim a pessoas que são condenadas com penas leves e têm que cumprir a pena, desenvolvendo trabalho comunitário. Disse que na Câmara existe um caso, um Senhor que foi condenado por excesso de álcool, cumpriu a pena e, hoje continua a trabalhar na Câmara.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou ainda de que consta o Projecto Oriente, que articulação é que mantém com a escola.-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto esclareceu que o Projecto Oriente resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal e a Casa da Criança do Rogil, numa Candidatura à Medida Dois, do Progride. Este Projecto não está unicamente vocacionado para a Escola, destina-se a fazer apoio integrado às famílias e aos filhos. Há um grupo de técnicos responsáveis pelo acompanhamento familiar e articulam com a escola, no sentido de facilitar o encaminhamento de algumas crianças, que a escola por si só não tem condições. O Projecto é itinerante e como dispõe de uma viatura, os técnicos podem acompanhar as crianças no seio da própria família, nas freguesias.-----

O Senhor Johannes Schydlo referiu que ele e a mulher estão muito preocupados, por na Escola E.B./J.I serem utilizados tachos e painéis de alumínio, quando todos sabemos os malefícios provocados pelo alumínio.-----

PONTO NÚMERO SEIS

PESCA LÚDICA – ANÁLISE SOBRE DOCUMENTO ENVIADO PELA COMISSÃO DE PESCADORES E POPULARES DO LITORAL

ALENTEJANO E A COSTA VICENTINA: – A Senhora Presidente da Assembleia informou ter sido recebido o manifesto que a seguir se transcreve, apresentado pela Comissão de Pescadores e População do Litoral Alentejano e Costa Vicentina:-----

“PELA MUDANÇA NA PESCA LÚDICA, NÃO MATEM O LITORAL ALENTEJANO E A COSTA VICENTINA-----

. “Fazer a maré”, no litoral alentejano e costa vicentina, é uma tradição tão antiga, como o próprio povoamento humano. De quinze em quinze dias no auge das marés vivas, se as condições do mar, do tempo e a vida pessoal o permitem, os mais afoitos descem as falésias e vão à procura de algum marisco para comerem com a família ou com os amigos. É uma actividade lúdica e saudável, que para alguns, sobretudo idosos é também um complemento alimentar, numa região onde o emprego escasseia e onde mais de metade da população vive com reforma mínimas.-----

. As casas comerciais, movimentadas durante uma época balnear cada vez mais reduzida a dois meses, sobrevivem no resto do ano essencialmente de grupos de amigos e famílias que vêm de longe atraídos pelo marisco a preço moderado e de grupos de habitantes locais, que saudavelmente convivem em torno de um petisco que ou é de caça ou de origem marítima. Queremos que esta vivência se mantenha para nós, para que os nossos filhos e para os nossos netos e, claro, para quem aqui passa ou vem!-----

. Os turistas que aqui fazem férias no Verão, são de natureza muito diferente dos que vão para a costa sul do Algarve e outros centros cosmopolitas. São pessoas que gostam de pescar, em geral nas praias, pontões e outros locais de fácil acesso, ou de brincar com as crianças nas zonas a descoberto da maré vaza. Esse é o encanto que os trás cá e são eles o motor económico da região.--

. Não contestamos a existência de regras e licenças, concordamos que devem existir limites e tamanhos mínimos. Não pactuamos com a delapidação dos recursos, também nós queremos defender a sua continuidade, porque deles somos os primeiros dependentes e porque mais do que minguem temos amor a estas baías, a estes laredos e a estes rochedos que nos viram nascer e crescer e alguns até morrer. A legislação que dita as regras da pesca lúdica bem como certos excessos da sua aplicação concreta estão completamente desadequados desta realidade, logo contestamos os aspectos que na Lei estão errados, injustos ou até caricatos! Contestamos o que destrói a vivência e desertifica o litoral.-----

DEFENDEMOS:-----

Um – Justiça a atribuição das licenças profissionais por forma a contemplar quem realmente depende desse modo de vida assim como a correcção das injustiças cometidas nas distribuição geográfica das licenças concedidas ou a conceder.-----

Dois – Fixação de um tamanho exequível na apanha comercial do percebe, visto os dois centímetros de largura serem absolutamente inviáveis.-----

Três – No caso da apanha lúdica, ninguém se desloca à costa para apanhar meio quilo de percebes, ainda por cima “sem utensílios fabricados para o efeito, mas apenas com as mãos ou os pés ou, eventualmente, com a ajuda de um animal” (artigo quarto, do Decreto-Regulamentar sete barra dois mil, de trinta de Maio, que neste aspecto condiciona ou não a Portaria oitocentos e sessenta e oito barra dois mil e seis de vinte e nove de Agosto). Por isso entendemos que o peso permitido se deverá situar entre os dois e os três quilogramas, que é o mínimo aceitável para um convívio familiar e que possa ser apanhado com a ajuda de um utensílio manual por não ser viável de outra forma e por o pescador lúdico já estar limitado nas quantidades.-----

Quatro. No caso dos mexilhões, ouriços e ostras, que por se tratarem de espécies muito pesadas, volumosas e que trazem grandes quantidades de água, e no caso das ostras, água e o peso das conchas, os limites permitidos têm de ser aumentados dos actuais dois quilogramas para dez quilogramas por espécie, o que já viabiliza os convívios, bem como a utilização para isco das marés vivas para as marés mortas.-----

Cinco. As margens de tolerância deverão ser expressas em quilos e por espécie no caso dos percebes, ouriços, ostras, mexilhões, amêijoas e similares, mas concordamos com a actual Lei, que exprime em termos de maior exemplar para o caso dos peixes, moluscos e crustáceos.-----

Seis. Gostaríamos de ver conhecidas as razões invocadas pela portaria sobre o estado de degradação dos recursos, nomeadamente dos percebes e a base científica que comprova o declino da espécie, e também o estudo que indica o defeso na altura que está estipulado pela lei.-----

Sete. No caso da apanha apeada dos polvos, o peso mínimo permitido deverá ser de meio quilo por exemplar, mas concordamos com a quantidade máxima indicada pela Lei. Igualmente, defendemos que sejam utilizados os instrumentos habituais (bicheiro e camaroeiro ou chalavar).-----

Oito. As coimas previstas são desproporcionadas, quando constatamos que a maior parte dos pescadores lúdicos são pessoas idosas com baixos rendimentos e quando as compararmos com as coimas de outras natureza.----

Nove. O excesso de zelo e o tipo de métodos que têm utilizado as autoridade marítimas, nesta zona do país, não os vemos a serem utilizados por outras forças policiais na repressão dos criminosos, o que desmotiva as pessoas de bem nesta actividade de lazer, tanto mais que a legislação é pouco esclarecedora estando nós na condição de “sermos presos por ter cão ou não ter”. Por isso, gostaríamos que a Lei fosse mais clara para evitar más interpretações, tanto pela população como pela polícia.-----

Somos sensíveis à protecção da fauna marítima e queremos colaborar com as autoridades na melhoria da protecção e da legislação, na sua aplicação e no esclarecimento da população.-----

O Senhor José Marreiros disse que este documento vem no sentido da Moção, à pouco tempo aprovada nesta Assembleia. Disse ainda discordar de alguns pontos de vista mencionados no documento, nomeadamente em relação ao ponto um e ponto dois.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que relativamente a esta matéria já houve alguma evolução, que teve uma reunião com o Senhor Secretário de Estado em que lhe sugeriu que por exemplo, na apanha do mexilhão fosse permitido os cinco quilos, seis dúzias de ouriços e dúzia e meia de navalheiras, ao que o Senhor Secretário de Estado manifestou interesse em aceitar. Esclareceu ainda outros pormenores tratados nessa reunião. Referiu também que estas medidas são específicas para os residentes no Parque Natural, para os não residentes mantém-se a Lei.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse querer salientar um aspecto positivo, que foi o facto de uma comissão de pessoas que, em vez de ficarem num café a falar mal do Governo, optaram por elaborar um documento expondo a sua posição. Em relação ao ponto dois deste documento: “As casas comerciais, movimentadas durante uma época balnear cada vez mais reduzida a dois meses, sobrevivem no resto do ano essencialmente de grupos de amigos e famílias que vêm de longe atraídos pelo marisco a preço moderado”, este considerando pode dar a ideia errada de que a apanha lúdica do marisco, estará a ser comercializada.-----

Pela Senhora Presidente da Assembleia foi apresentada a seguinte proposta de deliberação:-----

“No âmbito da comunicação enviada a esta Assembleia Municipal, pela denominada Comissão de Pescadores e Populares do Litoral Alentejano e da Costa Vicentina, cujo o assunto se designa “Manifesto Pela Mudança na Pesca Lúdica, não Matem o Litoral Alentejano e a Costa Vicentina” e, não obstante a aprovação por unanimidade, em sessão ordinária desta Assembleia Municipal, em vinte e dois de Setembro de dois mil e seis, sobre a Portaria oitocentos e sessenta e oito barra zero seis, de vinte e nove de Agosto, que regulamenta as Actividades de Pesca Lúdica, a Assembleia Municipal de Aljezur manifesta a sua preocupação quanto aos assuntos versados, sublinhando mais uma vez a necessidade da legislação ser alterada, de forma a dar resposta às preocupações legítimas das populações da área de influência do PNSACV. Tendo presente que a matéria em apreço deve ser objecto de um processo negocial, que sabemos que já decorre de forma optimista.”-----
Posta à votação, foi a proposta de deliberação aprovada, por unanimidade.---

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Do público presente usou da palavra o Senhor David Rosa, agradecendo os esforços desenvolvidos pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal, relativamente à problemática da Pesca Lúdica. Disse ainda que a Comissão por ele representada vai dar conhecimento deste Manifesto às diversas entidades.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – Foi deliberado por unanimidade.---

FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS: – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.-----

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas zero horas quinze minutos do dia vinte e sete de Abril de dois mil e sete, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

A Presidente

A Primeiro-Secretário
